



territórios negros

ano 8 • nº 35 • jul./ago. 2008

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

editorial

A campanha movida contra os direitos quilombolas teve como destaque, no período de julho a agosto de 2008, duas audiências públicas que discutiram, a partir de perspectivas opostas, o crescimento das tensões no campo brasileiro.

Uma delas concentrou-se na legislação relativa ao meio ambiente, à demarcação de terras indígenas e quilombolas, assim como nas invasões de terras do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). O debate passa pelo questionamento de dois decretos, o de número 6.514/08, que trata de crimes ambientais e suas penalidades e o de número 4.788/03, que regulamenta a regularização dos territórios quilombolas. Outro foco de interesse desta audiência esteve na defesa de uma revisão da Constituição Federal, de forma a recuar no reconhecimento dos direitos territoriais indígenas. Finalmente, a pauta de reclamações busca também transferir do Executivo para o Congresso as tomadas de decisão sobre tais territórios tradicionais, de reforma agrária e de preservação ambiental.

Proposta por parlamentares de partidos de direita no Congresso (em especial dos estados do sul e do norte do país), a audiência é mais uma iniciativa que consolida o lugar da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, como a instância que concentra, no âmbito parlamentar, as iniciativas contra os movimentos sociais do campo brasileiro.

Ainda em julho passado, a OAB (Organização dos Advogados do Brasil) de Passo Fundo, denunciava que o Ministério Público do estado (RS) estava tentando declarar a ilegalidade do MST, como forma de dissolver o movimento no estado. Um documento interno do MP/RS recomendava a proibição de qualquer deslocamento de trabalhadores sem-terras, incluindo marchas e caminhadas; a intervenção nas escolas instaladas nos assentamentos; e que se buscasse a criminalização de lideranças e integrantes, com a cassação dos títulos eleitorais de todos os membros do movimento e com a desativação de todos os acampamentos do Rio Grande do Sul.

Esta denúncia motivou a realização de outra audiência pública, agora para discutir tal processo de criminalização dos movimentos sociais. Proposta pela Comissão de Legislação e Participação, ela reuniu representantes da CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil), OAB, Via Campesina, Quilombolas, Indígenas e do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Para os presentes nesta audiência, a grande preocupação é a forma pela qual o Judiciário tem interpretado as ações da luta social pela efetivação de direitos como crimes. Neste processo até mesmo os advogados e assessores dos movimentos, assim como os técnicos que produzem os relatórios e perícias exigidos por lei para a efetivação de tais direitos, são igualmente criminalizados, de forma a isolar os movimentos.

Em editoriais anteriores alertamos para os mecanismos que vêm impedindo a efetivação de direitos sociais: as letras miúdas dos atos administrativos, orçamentários e mesmo interpretações conceituais. A conjuntura de julho-agosto coloca em destaque outros mecanismos, agora de revisão da legislação e de criminalização dos movimentos e seus aliados.



• NACIONAL

ISENÇÃO DE IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara aprovou, no dia 16 de julho, o Projeto de Lei 2.853/08, que concede isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) aos imóveis rurais de propriedade de remanescentes de quilombos. O PL prevê a isenção apenas para os imóveis de comunidades reconhecidas pelo Decreto 4.887/03 e desde que o dono explore a área com a família, ou a ajuda de terceiros, e não possua imóvel urbano. O projeto ainda será analisado pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados

DEPUTADOS DISCUTEM DEMARCAÇÃO DE TERRAS

Em julho foi realizada audiência pública na Câmara de Deputados, promovida pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para discutir a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento de domínio de áreas ocupadas por remanescentes de quilombolas e invasões de terras.

Os deputados questionaram os laudos antropológicos que vêm sendo utilizados para a demarcação de terras indígenas e de comunidades quilombolas. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, presente à audiência, reforçou que os laudos antropológicos são feitos com base em uma instrução normativa do Ministério da Justiça que, por sua vez, fundamenta-se na Constituição Federal.

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados e Brasília em Tempo Real

AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA NOS ESTADOS

O mês de julho foi marcado pela instalação dos Comitês gestores do Programa Brasil Quilombola, em várias regiões do país.

No Maranhão foi realizada reunião com gestores públicos e lideranças quilombolas dos 17 municípios da Região do Território dos Cocais. O objetivo foi apresentar a Agenda Social Quilombola e discutir a composição do Comitê Gestor Estadual, que vai acompanhar a agenda nos quatro territórios do estado.

No estado do Piauí o lançamento da Agenda aconteceu com a posse do Comitê Estadual, no município de São João do Piauí.

O estado do Amapá também deu posse, no mês de julho, ao Comitê Gestor da Agenda no estado, no quilombo do Curiaú.

O Programa Brasil Quilombola foi criado em março de 2004, pelo Governo Federal, como uma política de Estado para as comunidades quilombolas existente no país. O Programa abrange um conjunto de ações integradas de diversos órgãos governamentais com respectivas previsões de investimentos que vai beneficiar quilombos e afrodescendentes.

Fonte: Jornal Pequeno, Site Antônio Corrêa Neto e 180 Graus

• NOS ESTADOS

AP**REGULARIZAÇÃO DO QUILOMBO DO AMBÉ**

O MPF no Amapá recomendou à Superintendência do Incra no

estado que priorize a conclusão do processo de regularização fundiária de demarcação e titulação das terras do Quilombo do Ambé. Parte da área tem sido alvo de invasões, com intimidação da população local, inclusive com o uso de armas de fogo.

Outras áreas investigadas

O MPF vai investigar outras invasões em áreas quilombolas no Amapá. A denúncia foi formalizada pela Fundação Cultural Palmares, que esteve no estado para ouvir as comunidades – entre elas o Quilombo de Curiaú. Apesar de ter sido reconhecida e titulada como área remanescente de quilombo, Curiaú tem sido alvo constante de invasões.

Fonte: Jornal do Dia e Portal Amazônia

RR**PROVIDA CHEGA ÀS COMUNIDADES**

No dia 18 de julho o Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional (Provida), realizado com comunidades quilombolas, foi desenvolvido na comunidade de Barra da Aroeira, no município de Santa Tereza. Foram atendidas 73 famílias com ações de educação nutricional. O Provida é realizado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e beneficiará cerca de quatro mil pessoas nas comunidades quilombolas de Mumbuca, São Joaquim, Laginha, Cocalinho, Redenção, Córrego Fundo, Malhadinha, Mimoso, Lagoa da Pedra, São João, São José, Comunidade do Prata, Chapada da Natividade. A intenção é realizar o diagnóstico de insegurança alimentar e nutricional, com a pesagem de crianças, preenchimento

de questionários e, em seguida, desenvolvimento de oficinas de hábitos alimentares culturais nas comunidades quilombolas.

Fonte: A Notícia

PA

ORIXIMINÁ DENUNCIA PROCESSO DE CONCESSÃO DE FLORESTAS

A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (Arqmo) denuncia que o processo de concessão de florestas no Pará não respeita os direitos dos quilombolas. A Associação reivindica, em carta entregue ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que a concessão seja interrompida.

De acordo com a Arqmo, existem terras quilombolas dentro da Floresta Nacional Saracá-Taquera, área que será concedida pelo instituto à iniciativa privada para exploração sustentável. A associação pede que a área quilombola seja reconhecida e que sejam feitos estudos de impactos da exploração da floresta nas comunidades e que os quilombolas sejam consultados. O SFB alega ter tomado as devidas providências para excluir as áreas quilombolas do processo de concessão florestal. A associação, no entanto, considerou a resposta insuficiente.

Fonte: Portal Amazônia

PI

MORRINHOS RECEBE TITULARIDADE

Cerca de 146 famílias quilombolas da comunidade Morrinhos, no município de Isaias Coelho, vão receber o título de suas terras. A previsão é que a entrega dos documentos seja feita durante a 5ª Feira

Piauiense de Produtos da Reforma Agrária e Comunidades Quilombolas (Ferapi), programada para o período de 18 a 21 de novembro.

De acordo com o procurador-geral do Instituto de Terras do Piauí, Tadeu Maia Filho, as vantagens da titularidade das terras vão desde as questões culturais até as econômicas, pois poderão realizar projetos junto a bancos, cooperativas, associações e vários segmentos. Segundo o procurador, outras terras, estão em fase de estudo para serem tituladas.

Fonte: Portal 180 graus

SE

INCRA FIRMA CONVÊNIO COM A SEPLAN

A Superintendência Regional do Incra em Sergipe e a Secretaria de Planejamento do Estado (Seplan) firmaram convênio para a realização de trabalhos destinados à identificação, delimitação e titulação de territórios quilombolas. A parceria irá beneficiar seis comunidades sergipanas que estão cadastradas no Programa Brasil Quilombola. Os estudos técnicos deverão estar prontos até julho de 2009. A intenção é de elaborar laudos antropológicos nas comunidades quilombolas de Desterro (Indiaroba), Caraíbas (em Canhoba), Ladeiras (Japoatã), Forte (Cumbe), Pontal da Barra (Barra dos Coqueiros) e Catuabo (Frei Paulo).

Fonte: Faxaju

PROGRAMA HABITACIONAL BENEFICIA COMUNIDADES

No dia 18 de julho os quilombolas de Sergipe conheceram os detalhes do programa "Casa Nova, Vida Nova", elaborado pelo Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, prefeituras e associações comunitárias. O programa pretende

construir 22 mil unidades habitacionais no estado até 2010. Em 2007, quatro comunidades quilombolas foram beneficiadas com o "Casa Nova, Vida Nova", em Indiaroba, Poço Redondo, Porto da Folha e Santa Luzia do Itanhy. Em 2008, a meta é investir em comunidades quilombolas nos municípios de Laranjeiras, Pirambu e Japarutuba, beneficiando 451 famílias.

Fonte: Faxaju

BA

EGBÉ TERRITÓRIOS NEGROS EM BARROSO

O Programa Egbé Territórios Negros, de KOINONIA, realizou no dia 24 de agosto, na comunidade de Barroso - município de Camamu, região do Baixo Sul da Bahia - mais uma oficina do Projeto "Capacitação e Apoio ao desenvolvimento das Comunidades Negras tradicionais do Brasil". A oficina teve como objetivo a troca de informações e o esclarecimento de dúvidas sobre os direitos das comunidades quilombolas. Essa temática é cada vez mais de interesse da população da região do Baixo Sul, já que desde 2005 diversas comunidades locais foram certificadas pela FCP como remanescente de quilombo. Na oficina estavam presentes representantes de Pimenteira, Dandara dos Palmares e Terra Seca, além



Oficina de capacitação em Barroso

KOINONIA

de Barroso. Representantes do Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (Sasop) e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Camamu também contribuíram com o evento.

Sobre o projeto

As ações do projeto "Capacitação e Apoio ao desenvolvimento das Comunidades Negras tradicionais do Brasil" tiveram início em 2007. O projeto realizado por KOINONIA, co-financiado pela União Européia, Christian Aid e EED, tem como público alvo 15 Terreiros de Candomblé em Salvador e alcança 22 comunidades negras rurais da região do Baixo Sul da Bahia.

Fonte: KOINONIA

MS

FORMADOR DA COMUNIDADE DE PICADINHA É DESTAQUE

O jornal Dourados News, publicado na internet, fez uma enquete durante o mês de julho para saber qual a personalidade de maior relevância na história do município de Dourados. O nome escolhido pelos internautas foi do remanescente de escravos Dezidério Felipe de Oliveira, que obteve 221 votos. Segundo a história oficial, Dezidério teria nascido em 1867, no Estado de Minas Gerais, e chegado no Mato Grosso do Sul por meio de uma comitiva de boiada. Em Dourados, ele teria conseguido a aquisição de 3.748 hectares de terra, originando a Fazenda Cabeceira de São Domingos, localizada no atual Distrito de Picadinha. Atualmente, os descendentes de Dezidério lutam na Justiça pelo reconhecimento da área do quilombo de Picadinha que, segundo eles, teria sido grilada por proprietários rurais.

Fonte: Dourados News

PROGRAMA DE INCENTIVO AO ESPORTE

A Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul está desenvolvendo um programa de incentivo à prática esportiva nas Comunidades Negras e Quilombolas do Estado. O programa prevê, além de distribuição de materiais esportivos, a capacitação técnica para o desenvolvimento de atividades esportivas e recreativas.

O Conselho Estadual dos Direitos do Negro (Cedine) está articulando a realização, para o próximo ano, da primeira edição dos Jogos Estaduais das Comunidades Negras e Quilombolas.

Fonte: Capital News e Aquidauana News

ES

AUDIÊNCIA INÉDITA EM COMUNIDADE QUILOMBOLA

Em ação inédita no País, a Justiça estadual realizou no dia 9 de julho uma audiência de processo criminal no próprio território dos acusados: São Domingos, uma pequena comunidade de quilombolas em Conceição da Barra. Os quilombolas eram acusados pela Aracruz Celulose de roubo de eucalipto. A audiência terminou em um acordo que favoreceu a comunidade: a juíza sentenciou os quilombolas a trabalhar na construção de um posto médico e de uma creche para a comunidade. Como parte do acordo, a prefeitura de Conceição da Barra se comprometeu em doar o material de construção e o projeto arquitetônico das unidades. Pelo acordo, a creche e o posto médico deverão estar concluídos em 90 dias.

Fonte: Século Diário e Tribunal de Justiça do ES

FAZENDEIROS AMEAÇAM FUNCIONÁRIOS DO INCRA

Em audiência pública realizada no dia 19 de agosto, em São Mateus, foi denunciado que funcionários do Incra, responsáveis por acompanhar os processos de titulação dos territórios quilombolas em Conceição da Barra e São Mateus, estão sendo ameaçados de morte por membros do Movimento Paz no Campo, formado por fazendeiros e empresas como a Aracruz Celulose. A audiência foi presidida por Marta Falqueto, da Coordenação Estadual do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos no Estado do Espírito Santo (PPDDH/ES), e contou com a participação do secretário de Estado da Justiça, representante do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal e do Ministério Público Estadual, além do superintendente do Incra, entre outras autoridades. Participaram da audiência, representantes dos quilombolas e organizações de apoio. A audiência discutiu ainda ameaças da Aracruz Celulose dirigidas às lideranças quilombolas.

Fonte: Site Século Diário

RJ

AÇÕES SOCIAIS NA MARAMBAIA

O processo de demarcação e titulação da área quilombola da Ilha da Marambaia ainda está em curso, mas a Seppir negocia com a Marinha a implementação de programas sociais para atender as cerca de 100 famílias que vivem no local. No dia 5 de agosto, o ministro da Seppir, Edson Santos, reuniu-se com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e com representantes do Comando da Marinha, a quem pediu o apoio para que as ações possam ser executadas. Segundo o ministro, o governo



Ilha da Marambaia, no Rio de Janeiro

KOINONIA

pretende executar uma agenda social para atender a comunidade, fornecendo energia elétrica, programas de geração de renda, saúde e educação para melhorar as condições de vida das pessoas.

Fonte: JB online, O Globo

ARRAIÁ RENASCER

A comunidade quilombola da Ilha da Marambaia esteve em festa nos dias 8 e 9 de agosto, com a realização do Arraiá Renascer. Na festa não faltaram as atrações tradicionais: a praia foi decorada com bandeirinhas e diversas barracas foram instaladas para a venda de comidas típicas e brincadeiras, tudo movido a muito forró. O Arraiá foi a quarta festa junina promovida pela Arquimar (Associação de Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia). Como parte da programação, foram exibidos os vídeos da série Visões Quilombolas, produzidos por KOINONIA. Mulheres da Ilha da Marambaia participaram dos vídeos junto com remanescentes de outras comunidades. Os vídeos abordam temas como identidade, território, religiosidade, racismo e memória.

Fonte: KOINONIA

RS

MPF INICIA VISITAS DE ORIENTAÇÃO

O Ministério Público Federal em Santa Maria deu início a

um programa de visitas às áreas quilombolas com o objetivo de conhecer as comunidades e orientá-las nas questões relacionadas à defesa dos seus direitos individuais e coletivos. Na região há atualmente sete áreas quilombolas identificadas, sendo que todas serão visitadas pelo MPF. A primeira comunidade visitada foi Rincão de Santo Inácio, no município de Nova Palma. Participaram do encontro o procurador da República em Santa Maria, Rafael Brum Miron, a antropóloga Rosane Rupert, o advogado José Moura, o presidente da Federação das Comunidades Quilombolas Roberto Potássio, o defensor público da União Henrique Azevedo, e representantes do Inkra.

Fonte: Procuradoria da República no Rio Grande do Sul

PR

PAIOL DA TELHA CONSEGUE MAIS UMA VITÓRIA NA JUSTIÇA

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmou a decisão que permite o prosseguimento do procedimento administrativo que visa reconhecer como terra de quilombos uma área de 8 milhões de metros quadrados na localidade de Paiol da Telha, no município de Reserva do Iguaçu. A medida foi publicada no dia 30 de julho, no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região.

O Inkra recorreu contra uma liminar da Justiça Federal de Curitiba que suspendeu o processo de reconhecimento do quilombo Paiol da Telha. A decisão considerava inconstitucionais o Decreto 4.887/2003 e a Instrução Normativa 20/2005, que regulamentam os

procedimentos para demarcação de terras quilombolas.

A cassação da liminar foi contestada e encaminhada à Justiça que submeteu o processo ao Colegiado de Desembargadores, que, por maioria, em votação, confirmou a liminar deferida pela Desembargadora Federal, Maria Lúcia Luz Leiria, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Sul), favorável à Comunidade Quilombola de Paiol da Telha.

A comunidade de remanescentes de quilombos Paiol de Telha é o primeiro grupo a ser reconhecido como quilombola no estado do Paraná, com certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares.

Fonte: OQ e Bem Paraná

ATAQUE NO QUILOMBO DO VARZEÃO

Um ataque à Comunidade Quilombola do Varzeão, no município de Doutor Ulisses, deixou três casas destruídas pelo fogo na noite do dia 18 de julho. Moradores acusam seguranças de empresas madeireiras da região. Durante o ataque, cerca de vinte moradores foram obrigados a se refugiar dentro da mata por mais de 5 horas. Os quilombolas denunciam ainda que policiais militares da região, sem autorização da Secretaria de Estado da Segurança Pública, acompanharam a notificação de um mandado de reintegração de posse na comunidade e teriam feitos disparos de pistola e ameaçado moradores.

O Ministério Público disse que vai acompanhar as investigações. O governo do Estado informa que iniciou os procedimentos necessários para a punição e prisão das pessoas envolvidas no caso.

Fonte: Jornal-e, Bem Paraná e Tribuna News

BARROSO: RESGATANDO A TRADIÇÃO DO TRABALHO COM O BARRO

KOINONIA esteve na comunidade de Barroso para realizar uma oficina do Projeto "Capacitação e Apoio ao desenvolvimento das Comunidades Negras tradicionais do Brasil". Durante a visita, a equipe do Programa Egbé conversou com Ana Célia Conceição dos Santos. Ana é uma das lideranças da comunidade responsável pela produção de objetos de barro que, recentemente, começou a envolver toda a comunidade. Barroso fica no município de Camamu, região do Baixo Sul da Bahia. Certificada pela Fundação Cultural Palmares em março deste ano, Barroso é formada por 35 famílias que vivem, principalmente, do cultivo de cacau, cravo, guaraná e cereais. Leia abaixo o depoimento que a Ana Célia nos deu.

Começamos a trabalhar com o barro a partir de um projeto do Sasop [Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais] iniciado após um encontro sobre resgate cultural que participamos. Fizemos um diagnóstico sobre a cultura da comunidade com as famílias que moram aqui. Conversando com essas famílias sobre os costumes, descobrimos que muitos lembravam que os avós faziam panelas de barro. Descobrimos também que cestos e esteiras de

O Projeto "Capacitação e Apoio ao desenvolvimento das Comunidades Negras tradicionais do Brasil" de KOINONIA é co-financiado pela União Europeia, Christian Aid e EED, tem como público-alvo 15 Terreiros de Candomblé, em Salvador, e alcança 22 comunidades negras rurais da região do Baixo Sul da Bahia.

cipó e taboa também eram muito feitos aqui em Barroso.

Pensamos: já que temos o barro aqui na comunidade porque não voltamos a fazer? Assim, resolvemos voltar a trabalhar com o barro. Foi quando vieram umas meninas de Barreira que nos ajudaram a conseguir fazer direito o trabalho. Começamos brincando e deu certo.

A gente relaxa fazendo esse trabalho, conversa muito e na hora de pisar no barro é como se fosse uma dança. Pisamos no barro, modelamos e secamos por um tempo. Depois levamos os objetos para o forno.

Esse desejo de voltar a fazer as panelas de barro também surgiu porque nós usamos muito plantas medicinais. E temos muitas dificuldades para comprar essas panelas que são muito caras. Além disso, não é recomendável o uso de panelas de alumínio. Então, a motivação foi essa: fazer as panelas para colocarmos nossas ervas. Esse trabalho é importante porque resgata um hábito esquecido e valoriza esse

trabalho com as plantas medicinais.

Eu aprendi a trabalhar com as plantas medicinais com minha vó e com outras pessoas da comunidade. Também aprendi visitando outras comunidades. Nós cultivamos essas plantas nos quintais.

Além dos moradores de Barroso, a comunidade de Bolacha também está trabalhando com o barro.

[Bolacha é uma das comunidades atendidas pela Associação da Comunidade Rural do Barroso e Região] Por enquanto estamos apenas começando, envolvendo as crianças, homens e mulheres para vê se a gente resgata mesmo esse trabalho.



Ana Célia e os produtos feitos de barro.
Foto: KOINONIA

NHUNGUARA

Nhunguara é uma comunidade situada na divisa dos municípios de Eldorado e Iporanga (SP). O ribeirão de Nhunguara é o nome de um dos principais afluentes do rio Ribeira de Iguape, caminho para a liberdade de negras e negros em meados do século XVIII, depois da decadência da atividade mineradora na região. As pessoas mais velhas do bairro contam que *'um pessoal que trabalhava como escravo'* fugiu pelo *'boqueirão de Nhunguara'*¹ como ocorreu também em Ivaporunduva, São Pedro, Pilões e Lavrinha, comunidades vizinhas.

Contam ainda que, por volta da segunda metade da década de 1970, suas terras foram ocupadas por nomes como *'Altalino'* e *'Zé Felício'*. Esses grandes fazendeiros são chamados em Nhunguara de *'arrasadores'* por *'abrir divisas'*, grandes pastos e ocuparem as cabeceiras dos rios que, nas palavras do senhor José Paula (morador), *'são os lugares que a gente sempre costumava buscar a vida'*. As 96 famílias de Nhunguara viveram durante muito tempo da prática de agricultura familiar em roças de mandioca, de arroz e de feijão, mas aos poucos se vêm na necessidade de trabalhar, ora como empregados nas terras de fazendeiros, ora como empregadas domésticas em grandes centros urbanos. Essas comunidades que estão naquelas terras há, pelo menos, duzentos anos hoje se identificam como *quilombolas* ou *'povo tradicional'*.

Entre os *quilombolas* ou *'tradicionais'* e os *'arrasadores'* havia duas coisas em comum: ambos estão sujeitos às leis ambientais dos Parques Estaduais e Áreas de Preservação Ambiental e não possuem o título da terra. O que os diferencia, entretanto, é a facilidade com que os *'arrasadores'* abriam pastos, derrubavam a mata e represavam os rios. Hoje, os *'arrasadores'* se diversificaram. Alguns ainda estão instalados nas terras quilombolas e exigem indenizações para deixá-las; outros receberam licenças ambientais para construção de usinas hidroelétricas que, além de *'matar' o rio*, vão inundar parte das terras quilombolas e dos remanescentes de Mata Atlântica da região². Enquanto isso, os quilombolas de Nhunguara são multados e, vez por outra presos, por praticar costumes *'tradicionais'* como a *coivara*; aguardam incentivos do Estado para otimizar o comércio de banana e o artesanato da fibra desta fruta.



Comunidade de Nhunguara. Foto: Dodora Teixeira/Itesp

Nhunguara foi uma das primeiras comunidades do Vale do Ribeira a se organizar em associação de moradores, formando em 1973 uma entidade civil que, em 1997, passou a se chamar Associação Comunidade do Quilombo de Nhunguara e em 2007 foi certificada como *'remanescente de quilombo'* pela Fundação Cultural Palmares (FCP).³

Hoje o quilombo de Nhunguara integra a luta contra o represamento do Rio Ribeira de Iguape, junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e produz artesanato da fibra da bananeira que comercializa para complementar a renda de suas famílias.

Antonio Carvalho Costa
Historiador pela PUC-SP

Assistente do Programa Egbé Territórios Negros
de KOINONIA

Fontes Bibliográficas:

- 1- Os itens em itálico e entre *'aspas'* foram extraídos de depoimento do Senhor José Paula de França, morador e principal liderança de Nhunguara em 28.02.1997 transcrito no relatório do GT criado pelo Decreto nº 40.723/96 e organizado em: ANDRADE, Tânia. *Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas*. São Paulo: IMESP, 1997.
- 2 - O território de Nhunguara está sujeito às interferências do projeto de barragem da Usina Hidroelétrica de Batatal, projetada pela CESP – Cia. Energética de São Paulo – e às restrições de uso da Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar. (ANDRADE [org], 1997: 51)
- 3 - Está registrada no Livro Geral de Cadastro número 08, registro 875, FL. 87 em 12/02/2007 publicado no Diário Oficial da União em 02/03/2007, seção 1, número 42, folha 10.

um pouco de história

A TRAJETÓRIA DE LUISA MAHIN

Não se sabe ao certo o local de nascimento de Luisa, se veio da África como escrava para a Bahia ou se nasceu já em Salvador, sabe-se apenas que pertencia a nação jejê-nagô, da tribo *Mahi*, dizia ter sido princesa na África e tornou-se livre por volta de 1812.

Ex-escrava e grande liderança rebelde, Luisa fez de sua casa quartel general de todos os levantes escravos que abalaram a Bahia nas primeiras três décadas do século XIX, sendo a mais importante delas a Revolta dos Malês. O levante ocorreu na madrugada de 24 para 25 de janeiro de 1835 e era liderado por escravos muçulmanos. Luisa participou ativamente de sua articulação, aproveitando-se de seu trabalho como quituteira para despachar mensagens em árabe para outros rebelados, com ajuda de crianças que simulavam a compra de suas iguarias. Se a revolta tivesse sido bem sucedida, com os escravos vitoriosos, a quituteira liberta seria empoadada Rainha da Bahia Rebelde. Porém, o plano dos revoltosos foi revelado às forças de repressão e os líderes do movimento foram perseguidos e castigados brutalmente. Luisa conseguiu fugir para o Rio de Janeiro, onde continuou lutando pela liberdade de seu povo.

Mãe de um dos maiores poetas e líderes abolicionistas do Brasil, chamado Luis Gama, percebemos a força de Luisa nos versos do filho: *"Sou filho natural de negra africana, livre, da nação nagô, de nome Luisa Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa, magra, bonita, a cor de um preto retinto, sem lustro, os dentes eram alvíssimos, como a neve. Altiva, generosa, sofrida e vingativa. Era quitandeira e laboriosa"*. Luis Gama era filho de Luisa com um português e nasceu na Bahia em 1830. Outros versos do poeta indicam que Luisa Mahin teve mais um filho, cuja trajetória é ignorada.

Por iniciativa do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, em 9 de março de 1985, seu nome foi dado a uma praça em Cruz das Almas, bairro da capital paulista.

Daniela Yabeta

Mestranda em História das Instituições UNIRIO

Fonte Bibliográfica:

Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrativo/ organizado por Schuma Schumacher, Erico Vital Brazil – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

conheça

QUILOMBO SÃO JOSÉ LANÇA CD-LIVRO

Já está a venda o CD-Livro *Jongo do Quilombo São José* (Valença, RJ). São 40 páginas sobre a História do Jongo e do Quilombo São José e muitas fotos. O CD tem 25 Pontos de Jongo e suas letras. A renda obtida será revertida para os projetos da comunidade. Encomende o CD-livro pelo email: jongo@quilombosaojose.com.br ou pelo telefone (21) 2222-3458. www.quilombosaojose.com.

siglas usadas nesta edição

FCP: Fundação Cultural Palmares

MPF: Ministério Público Federal

Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral e destinada à distribuição entre as comunidades negras. Também encontra-se em formato digital no site KOINONIA. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Editor: José Maurício Arruti

Pesquisa: Andréa Carvalho, Ana Gualberto, Manoela Vianna.

Programação visual: Cibele Bustamante

Redação: Helena Costa, Manoela Vianna e Marcia Evangelista de Souza

Revisão: Helena Costa

Secretário-executivo KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço



Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230
Rio de Janeiro • RJ
Tel. (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016

territoriosnegros@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br
oq@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br/oq



APOIO



União Europeia



CHURCH WORLD SERVICE



NORWEGIAN CHURCH AID



FORD FOUNDATION



The United Church Of Canada
L'Église Unie Du Canada



Canadian
International
Development
Agency

Agence
canadienne de
développement
international

Esta publicação foi feita com apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia